



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2019**

(Do Deputado KIM KATAGUIRI)

**Estabelece diretrizes para fixação do subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, referido no inciso VII do art. 49 da Constituição Federal de 1988.**

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º. Qualquer majoração no subsídio para os Deputados Federais e os Senadores produzirá efeitos somente na legislatura subsequente, observado o disposto no inciso VII do art. 49 da Constituição Federal de 1988.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **JUSTIFICATIVA**

De acordo com o inciso VII do art. 49 da Constituição Federal de 1988, compete exclusivamente ao Congresso Nacional fixar o subsídio dos Deputados Federais e Senadores. Essa determinação constitucional, apesar de pouco compreendida, é fundamental para a democracia.

Primeiro, a independência na fixação do subsídio protege o Congresso Nacional da influência excessiva do Poder Executivo, protegendo o equilíbrio e a harmonia entre os Poderes, conforme dispõe o art. 2º da Carta Magna. Segundo, sem a justa remuneração da atividade parlamentar, na prática somente cidadãos abastados poderiam concorrer a esses cargos eletivos, arruinando a função representativa do Parlamento e o caráter democrático do processo eleitoral.

No entanto, a permissão para que os Parlamentares determinem a própria remuneração nos coloca em claro dilema. É sabido que a situação fiscal do país não comporta novos reajustes. A atividade parlamentar, para os padrões nacionais de renda, é hoje remunerada de maneira bastante generosa. De outro lado, todo indivíduo acredita que merece ser bem remunerado por seu trabalho, e Parlamentares não são diferentes.

Por este motivo, propomos uma nova regra, segundo a qual a majoração no subsídio para os Deputados Federais e os Senadores possa produzir efeitos somente a partir da legislatura subsequente. Entendemos que essa regra traria maior tranquilidade para que os Parlamentares decidam de maneira isenta sobre qual é o justo valor para a remuneração da atividade parlamentar. Ressalte-se que esta já é a regra vigente para a fixação de subsídio dos Vereadores, conforme art. 29 da Constituição Federal.

Acreditamos que esta proposta representará um avanço institucional importante para a democracia brasileira. Este não é um assunto fácil, e não é um problema exclusivo do Brasil. A 27ª emenda à Constituição Norte-



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Americana, de mesmo teor, apesar de aprovada em 1789, passou a produzir efeitos somente em 1992, quando finalmente foi ratificada por três quartos dos estados membros daquela federação.

Estamos certos, não obstante, que o Parlamento brasileiro tem hoje a maturidade necessária para dar esse passo. Pelo exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2019.

**KIM KATAGUIRI**

DEM/SP